

@local.glob

Entrevista



Geraldine Joslyn Fraser-Moleketi

**Ministra da Administração e Função Pública
da República da África do Sul**

A segunda década de liberdade na África do Sul: uma janela de oportunidade...

*Entrevista com Geraldine Joslyn Fraser-Moleketi
Ministra da Administração e Função Pública da República da África do Sul*

A segunda década da Constituição da República da África do Sul moderna e multirracial está por começar...

Em 1996 Nelson Mandela – 1º Presidente da nova África do Sul – assinou a nova Constituição que estabeleceu as bases de uma sociedade unida, não-racial, democrática e aberta “onde o governo está baseado na vontade do povo e cada cidadão é igualmente protegido pela lei”. Quase 10 anos depois de “uma lei para uma nação”,

- *Como a senhora definiria a situação real da justiça social e da democracia efetiva no seu país? Que progressos foram feitos até agora?*

Os desafios que encontramos em 1994 na área da justiça social e da democracia que se institucionalizava foram enormes. Não obstante, durante os primeiros dez anos demos largos passos em direção à sua resolução. Levamos a cabo políticas que, em vários âmbitos, são algumas das mais progressistas do mundo. Criamos um panorama institucional capaz de sustentar a democracia moderna. Amalgamamos 14 diferentes administrações públicas que herdamos em 1994 e estamos bem encaminhados na galvanização destas em uma administração pública unificada que poderia agir como um veículo de escolha para a prestação de serviços no contexto da África do Sul.

Deixe-me citar alguns dados específicos para apoiar a minha afirmação de que também progredimos bastante na introdução de um maior grau de justiça social na primeira década de governo democrático.

- Desde 1994 temos acesso seguro à água potável para mais de 10 milhões de pessoas. Nas áreas do nosso país



Fonte: Ministério da Administração e Função Pública da República da África do Sul.

- onde a infra-estrutura existe para suprir a demanda de água potável, 75% das unidades domésticas recebe 6 quilolitros de água por mês gratuitamente.
- Desde 1994 cerca de 2 milhões de subsídios à habitação foram concedidos aos mais pobres.
- Desde 1995 a taxa de matrícula no ensino primário tem sido mantida estável em 95,5% e a do ensino secundário atualmente se encontra ao redor dos 85%.
- A alfabetização adulta aumentou de 83% em 1996 para 89% em 2001 (os dois anos censais desde 1994). 96% da camada etária de 15-24 está destinada a ser funcionalmente alfabetizada.
- O número de domicílios que recebem uma renda real de 153.601 Rand ou mais por ano aumentou de 721.000 em 1998 a mais de 1,2 milhões em 2004.
- O acesso aos meios de comunicação aumentou rapida-

mente – em 2001, 32% dos domicílios possuíam telefones celulares, 42% tinham acesso a linhas de terra, 73% tinha rádios e 54% aparelhos de televisão.

No Plano Estratégico do SAMDI para 2005/2007¹ afirma-se que a África do Sul se encontra no limiar da segunda década de liberdade: uma “janela de oportunidade” que, em caso de falhar, pode comprometer a realização de metas sociais e pode levar a um posicionamento desfavorável para o país na ordem econômica e política mundial. Na sua opinião, Ministra Fraser-Moleketi,

- ***Quais são os principais riscos e ameaças para o seu país nos próximos dez anos?***
- ***Como o programa de ação do Governo está planejando enfrentá-los?***
- ***Em termos de oportunidades: o que a senhora vê “do lado de fora da janela”?***

Deixe-me começar dizendo que estamos muito cientes da agenda que temos que trabalhar na segunda década de democracia. Os principais elementos serão:

- Um maior fortalecimento das práticas democráticas e a construção de um estado forte que nos permita verdadeiramente servir o povo sul-africano;
- Uma transformação mais profunda em termos de formação de uma sociedade livre de qualquer forma de discriminação, principalmente racial ou de gênero;
- Erradicação da pobreza e do subdesenvolvimento;
- Garantir a segurança e o sentido de auto-confiança da nossa população, como também criar um ambiente que facilite a auto-realização individual;
- Contribuir à vitória do Renascimento Africano.

Deve-se interpretar essa agenda como uma lista de respostas prioritárias a áreas que consideramos importantes, e que, se não forem devidamente atendidas, podem fazer com que o país atravesse grandes dificuldades, ou, no mínimo, que não atinja um nível ótimo de desempenho.

Preocupa-nos, especificamente, a perpetuação e apro-

fundamento da divisão entre o que denominamos economias de primeira e de segunda. São as economias formal e informal; os ricos e os pobres. A África do Sul sempre teve a ingrata honra de estar entre os países do mundo com o maior coeficiente de Gini². A privação relativa constitui um solo fértil para o crime e o desconforto sócio-político e obviamente continuaremos dando primazia às prioridades do nosso governo visando suturar essa fenda o mais rápido possível, para garantir que as duas economias tenham interfaces suficientes para permitir que as pessoas da segunda passem para a primeira economia e dela se beneficiem. A esse respeito, já identificamos no poder de compra do governo um forte catalisador. Também estamos dando prioridade ao desenvolvimento das infra-estruturas, bem como a moradia e a educação, como motores para o desenvolvimento daqueles que são, historicamente, os desfavorecidos.

A África do Sul é um microcosmo da perpétua desigualdade que estamos atravessando a nível global. Assim como nos preocupamos com isso a nível interno, também nos desconcerta a situação internacional. A África como continente é fortemente desfavorecida e vamos dedicarnos a uma agenda de relações exteriores que busque dar respostas a essa desigualdade. Acerca disso, a ênfase no Renascimento Africano (como foi apreendido pelo programa NEPAD³) vai continuar sendo nosso guia.

Temos de reconhecer que profundas divisões – além da meramente econômica – afetam a sociedade sul-africana. Infelizmente, a maioria dessas divisões segue os mesmos trilhos, fortalecendo-se entre si. É, portanto, fundamental que implementemos veementemente a nossa agenda de construção nacional. Se falharmos na formação de uma identidade nacional sul-africana única, sofreremos, cada vez mais, conflitos étnicos, raciais e de classe, algo que é totalmente indesejável para a nossa agenda em direção ao desenvolvimento.

Para qualquer país em vias de desenvolvimento, um dos desafios chave seria a oferta de habilidades adequadas possivelmente requeridas pelo mercado e pelo setor público. Também é um desafio para nós o fato de que haja um

¹ O South African Management Development Institute (Instituto Sul-africano de Administração do Desenvolvimento) –SAMDI – é uma repartição criada pelo Ministério da Administração e Função Pública para atender o desenvolvimento da capacidade institucional.

² O coeficiente Gini, inventado pelo estatístico italiano Corrado Gini, é um número entre zero e um que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda em uma determinada sociedade. O coeficiente registraria zero (0.0=desigualdade mínima) para uma sociedade em que cada membro recebesse exatamente a mesma renda, registrando, por outro lado um coeficiente de um (1.0=desigualdade máxima) se um membro recebesse toda a renda e todos os demais não recebessem nenhuma.

³ NT: Sigla inglesa para Novas Parcerias para o Desenvolvimento Africano.

mercado de trabalho internacional que tenha identificado os profissionais sul-africanos como funcionários altamente requisitados. Devemos trabalhar para estruturar os nossos sistemas de forma a que a experiência adquirida pelos nossos graduados em outros lugares possa, de algum modo, voltar para nosso país e que o investimento público realizado para formar esses profissionais não se perca permanentemente.

A última ameaça que eu gostaria de sublinhar é o fato de que a África do Sul, como muitos outros países, também está atravessando problemas de criminalidade transnacional e, logicamente, estamos aumentando a vigilância em termos de segurança interna e também dos nossos cidadãos.

Apesar dessas ameaças, estou otimista e acredito que estamos progredindo sistematicamente nas dimensões mais importantes do nosso programa de ação e vamos manejar os riscos aos quais estamos expostos de maneira adequada.

O cumprimento da Constituição da República da África do Sul e o empoderamento a nível local...

A função de desenvolvimento dos governos locais, estipulado na Constituição sul-africana, está definido no Livro Branco sobre o Governo Local como “o compromisso de trabalhar com cidadãos e grupos dentro da comunidade para encontrar caminhos sustentáveis para suprir necessidades sociais, econômicas e materiais e melhorar a qualidade de vida”.

- **O nível de descentralização do país permite que essas metas sejam atingidas? Por quê?**

No que se refere à nossa Constituição, o governo local é considerado uma esfera independente do governo. Também é considerado uma esfera do governo responsável pela maioria dos serviços públicos que são altamente relevantes para assegurar o desenvolvimento do país. As responsabilidades delegadas estão sendo cumpridas já que alocamos os recursos necessários para que as autoridades locais realizem tais ações. Através de um sistema de concessões condicionais e incondicionais, a verba destinada às autoridades locais entra na votação da receita nacional. Para os próximos três anos, de 2005 a 2008, o governo local receberá cerca de 58,3 bilhões de Rand em transferências

do governo nacional.

Há uma instância impositiva previamente existente a nível local, mas é bastante limitada. O fator de recursos humanos das autoridades locais é completamente descentralizado, com funcionários locais que ficam fora do quadro legal que regula a situação do serviço público a níveis nacional e provincial.

Foi criado um quadro institucional a nível do governo local para facilitar a descentralização. Mediante o nosso sistema de conselho tutelar, e de processos como os Planos Integrais de Desenvolvimento, os governos locais podem-se considerar enraizados de maneira adequada às demandas das populações e comunidades locais, mas a tomada de decisão a nível local também possui um intercâmbio lógico com processos que estipulam as prioridades provinciais e nacionais no que diz respeito ao desenvolvimento.

No entanto, não estamos a favor da descentralização da autoridade de maneira acrítica. Acreditamos que as decisões de descentralização devem estar contextualizadas, por exemplo, em termos de uma ampla discussão que abranja a sua capacidade. Também acreditamos que o impulso em direção à descentralização deve ser contrabalançado com a existência de uma força central ativa para assegurar a unidade de propósitos, melhoria da coordenação e integração e a capacidade de analisar o progresso, avaliar o impacto das políticas e o manejo de riscos.

Os pilares centrais sobre os quais um governo local para o desenvolvimento deve ser construído são: igualdade, redução da pobreza, crescimento econômico, governabilidade, democracia, participação e ênfase nos grupos vulneráveis e marginalizados. Considerando os lineamentos do Livro Branco,

- **Quais são as principais fortalezas e debilidades das autoridades locais da África do Sul?**
- **Quais são as prioridades chave para o empoderamento dos níveis locais e para gerar mudanças reais no processo de desenvolvimento, conforme foi planejado na Constituição?**

Apesar da nossa transformação radical, as autoridades locais conseguiram continuar prestando serviços públicos e estão aumentando essa prestação e melhorando a sua qualidade para grupos que antes estavam excluídos do

acesso a estes. Foram implantadas políticas ativas e um quadro legislativo durante a primeira década do governo democrático que apóiam o processo de transformação, mas que também possibilita que as autoridades locais trabalhem de uma maneira integrada e coordenada. São políticas que se enquadram na longa história do nosso país de participação popular em temas de desenvolvimento a nível local e que reconhecem, cada vez mais, o papel das autoridades locais no desenvolvimento econômico local.

As fórmulas através das quais as finanças para as autoridades locais são elegidas a partir da instância nacional presta especial atenção ao desenvolvimento de infra-estrutura e sistemas. Só mais recentemente, a fórmula sobre a qual se baseia a Quota Equitativa do Governo Local foi finalizada para servir como uma poderosa ferramenta para levar em consideração a situação dos que eram desfavorecidos e dos mais pobres. Estas são todas iniciativas progressivas que devem dar respostas aos problemas de capacidade institucional que foram amplamente identificados a nível do governo local.

O governo nacional e provincial está crescentemente reconhecendo e efetivando a sua responsabilidade de apoio à esfera local. Mediante o Projeto Consolidar, 136 municípios em situação de risco estão sendo assistidos para que possam pôr a casa em ordem. Dado que consideramos central a prestação de serviços do governo local, garantimos a duplicação da receita municipal nos últimos oito anos. O Quadro de Gastos a Médio Prazo proverá um aumento de 13.3% para as verbas do governo local nos próximos três anos.

Estamos seguros de que governar de forma integrada é uma das melhores formas de maximizar os nossos limitados recursos. Para melhorar a integração entre todas as esferas do governo, tanto no desenvolvimento como na implantação de políticas, estamos a terminar a elaboração de uma legislação que abranja relações inter-governamentais. Isso será complementado com um alinhamento das estratégias de desenvolvimento e de espaço assim como de ciclos de planeamento entre as três instâncias do governo.

Também estamos trabalhando atualmente em dar um maior impacto ao objetivo da Constituição de criar um serviço público único para a África do Sul, prevendo medidas para um alinhamento mais forte da administração dos recursos humanos, o que facilitaria a mobilidade dos

empregados públicos pelas três esferas do governo.

Após décadas de discriminação, negligência e pobreza, muitas pessoas na África do Sul estão – pela primeira vez – olhando o Estado, as autoridades locais e os funcionários administrativos como instituições e pessoas a serviço da comunidade, capazes de ajudar a população a melhorar as suas condições de vida e trabalho, e de preencher o abismo existente entre as denominadas “duas economias sul-africanas”.

• Quais são, neste sentido, os principais desafios da administração pública no geral? E, mais precisamente, que competências e habilidades as autoridades e funcionários públicos locais deveriam melhorar para cumprir com seus deveres e contribuir para diminuir o abismo mencionado?

A falta de legitimidade que o setor público gozou no passado e a prática do Apartheid são heranças que devemos superar e estamos trabalhando nisso arduamente e continuaremos a fazê-lo. Através da nossa iniciativa denominada Batho Pele (Primeiro as Pessoas), estamos tentando assegurar que os funcionários públicos trabalhem primando uma atitude que reconheça a democracia como ponto de partida essencial e, portanto, trabalhem de forma transparente, respeitosa e inclusiva, lembrando sempre que a sua tarefa principal é a de prestar serviço à nossa população.

Limitações em termos de capacidade institucional e, especificamente, aptidão afetam as três esferas do governo em todos os seus níveis. Estamos atualmente imbuídos num amplo exercício para determinar com exatidão, no que diz respeito às demandas do estado de desenvolvimento, que habilidades e competências são requeridas e em que dimensões ficamos para trás. A resposta mais geral é que sofremos de escassez em competências gerenciais e especialidades mais técnicas, tais como manejo de projetos e programas, professores de ciência e matemática, certos especialistas em TICs e em economia, e assim por diante. Sem dúvida, qualquer discussão acerca da escassez de capacidades deve dar-se no âmbito da nossa necessidade imperativa de criar serviços públicos representativos que sejam sustentáveis a longo prazo.

Como mencionei anteriormente, um dos desafios chave para o serviço público na próxima década é operar de modo mais integrado e coordenado, e para isso fortalece-

mos conscientemente os sistemas e capacidades institucionais que deverão sustentar essa atitude de comportamento integrado.

África e África do Sul num mundo globalizado...

Depois da queda do Muro de Berlin e do fim da Guerra Fria, a África vem sofrendo um período de exclusão geopolítica: enquanto os países e regiões mais ricos do mundo estão redefinindo os novos equilíbrios políticos e econômicos, a África, infelizmente, ainda é de certa forma ignorada. Na sua opinião, Ministra,

- *Como o continente africano está encarando o processo de globalização e os novos desafios criados pela revolução tecnológica e pela economia baseada no conhecimento?*
- *A República da África do Sul pode ser um líder natural (em termos de desenvolvimento político, econômico e tecnológico) de toda a África Austral?*
- *Qual será o novo papel da África como ator mundial no século XXI?*

A posição de desvantagem da África a nível global não pode ser contestada e várias forças históricas e ainda em atuação dificultam infelizmente um correto posicionamento da África no cenário mundial. Através das iniciativas do Renascimento Africano e do NEPAD, estamos, como continente, tentando desviar-nos da imagem de vítimas desamparadas. Em parceria com outros atores mundiais, conforme nossos próprios termos e sob a nossa liderança, estamos procurando formas de explorar os aspectos positivos da globalização e neutralizar seus efeitos mais negativos. Contudo, não é uma luta fácil e, de nenhum modo, temos a vitória assegurada, mas trabalharemos incansavelmente para atingir esse ideal, pois acreditamos que a África tem muito a oferecer à humanidade e que a paz, segurança e estabilidade global não podem ser as-

seguradas enquanto prevaleça a pobreza e a escassez na maior parte do continente africano. Acreditamos, também, que a civilização africana, no sentido tradicional, ancorada numa filosofia humanística, pode ajudar a equilibrar a perspectiva do individualismo em direção à valorização da vida pública e grupal. Igualmente, achamos que a civilização africana mostra que a vida pública é mais ampla que a vida puramente econômica. Mostra, também, o benefício da deliberação e inclusão como poderosos mecanismos de governabilidade.

A África do Sul certamente conta com algumas vantagens provenientes da sua história de um tipo de colonialismo particular, em relação ao resto do continente. Todavia, em muitos aspectos, a nossa independência veio muito mais tarde e o nosso tempo de aprendizagem no governo é mais curto.

Tivemos a vantagem de ter tido dois destacados Presidentes desde 1994 que, cada um a seu modo, gozam do respeito da comunidade mundial. Entretanto, o tema da liderança nas relações internacionais e nas configurações regionais não é linear. A África do Sul não se intimidará diante das responsabilidades de ser um membro ativo e de compartilhar suas vantagens relativas, mas outros países da região possuem outros atributos para oferecer e compartilhar, e também estamos observando outros lugares em busca de exemplos e liderança.

A África sempre foi reconhecida pela sua riqueza em recursos minerais e naturais, a ponto de que essa chegou a ser o grão dos seus problemas. Acreditamos que esse continuará sendo um fator no que diz respeito ao nosso papel no século XXI. Contudo, a África também se pode tornar um ator importante no mercado mundial, desde que possamos atingir um suficiente crescimento econômico de longa escala e assegurar que se mantenha alinhada com as tendências contemporâneas da modernidade e pós-modernidade. ■